

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E  
EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR – PNAE: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE  
SEUS CONSUMIDORES**

**ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**MAIQUEL IVAN ROSSATO**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –  
PNAE: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SEUS  
CONSUMIDORES**

**Maiquel Ivan Rossato**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização  
do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do grau de  
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação  
do Campo II**

**Orientadora: Prof. Dr. Clayton Hillig**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA  
E EDUCAÇÃO DO CAMPO II

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o artigo de conclusão de Especialização

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR – PNAE: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE  
SEUS CONSUMIDORES

elaborado por

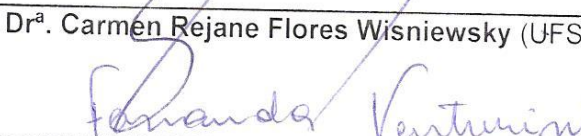
Maiquel Ivan Rossato

Como requisito para obtenção do grau de  
Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação  
do Campo II

Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. Clayton Hillig (Presidente/Orientador)

  
Prof.ª Dr.ª Carmen Rejane Flores Wisniewsky (UFSM)

  
Ms.ª Fernanda Elisa de Oliveira Venturini (UFSM)

Santa Maria, 27 de Outubro de 2015.

## O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE SEUS CONSUMIDORES

**Resumo:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem dentre seus objetivos contribuir para a superação do baixo rendimento e na redução da evasão escolar, sendo muito relevante pelo fato de representar acesso a alimentos necessários ao crescimento e ao aprendizado dos estudantes. Também fornece a possibilidade do resgate de hábitos e costumes locais, importantes na identidade étnica da população, além disso, os recursos destinados à compra da merenda escolar podem representar para a comunidade uma possibilidade de renda e desenvolvimento sustentável, pois a gestão dos recursos de forma participativa pode levar à construção de uma nova racionalidade na utilização dos recursos naturais locais. A política de alimentação no Brasil é um caso de ação compensatória que visa fornecer recursos para que tal necessidade possa ser atendida, ela engloba vários programas sociais, dentre esses programas, o PNAE merece destaque por seu caráter histórico e por sua abrangência a nível nacional. Em meio a essas discussões, o trabalho a seguir tem como tema de pesquisa o PNAE, no Município de Tupanciretã/RS, e tem a preocupação de compreender e contribuir para o avanço e a consolidação do mesmo como uma das principais políticas públicas brasileiras.

**Palavras-chave:** PNAE; Desenvolvimento Sustentável; Tupanciretã.

### THE NATIONAL PROGRAMME OF SCHOOL FEEDING – PNAE: SOCIAL REPRESENTATION OF THEIR CONSUMERS

**Abstract:** The National School Feeding Programme (PNAE) has among its objectives to contribute to the overcoming of the low-income and reducing truancy, being very relevant because it represents access to the food needed for growth and student learning. It also provides the possibility of rescue local habits and customs, important ethnic identity of the population, in addition, resources for the purchase of school meals may pose to the community a chance to income and sustainable development, for managing the form of resources Participatory can lead to the construction of a new rationality in the use of local natural resources. The power policy in Brazil is a case of compensatory action which aims to provide resources for this need can be met, it encompasses various social programs, among these programs, the PNAE is noteworthy for its historic character and for its coverage nationwide. In the midst of these discussions is that the work has the following research topic the PNAE, in Tupanciretã/RS municipality, and takes care to understand and contribute to the advancement and consolidation of the same as one of the main Brazilian public policy.

**Keywords:** PNAE; Sustainable Development; Tupanciretã.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os temas da soberania e da segurança alimentar e nutricional veem ganhando grande importância, tanto a nível nacional quanto mundial, tornando-se pauta de muitas discussões, não apenas políticas, mas também pela sociedade civil principalmente pelos movimentos sociais do campo. Esta pesquisa está baseada em quatro categorias de análise: Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania Alimentar; o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); e comunidade escolar. Ainda é importante ressaltar o processo de modernização da agricultura que, de certa forma, colaborou para a expulsão dos

sujeitos do campo, dificultando o acesso das pessoas a uma alimentação de qualidade e quantidade suficientes.

A categoria da Segurança Alimentar e Nutricional teve sua origem na Europa do início do século XX, e refletia a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação, evitando assim vulnerabilidades. Adquiriu uma perspectiva internacional com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), bem como de outros organismos financeiros internacionais.

Já a categoria da Soberania Alimentar passou a ser mais discutida a partir de 2001, quando ocorreu o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, na cidade de Havana, em Cuba, com o objetivo de analisar a perda de soberania sobre os recursos alimentares dos países do terceiro mundo.

É importante perceber que a Soberania Alimentar constitui bandeira de movimentos sociais ligados à reforma agrária, ao se rebelarem contra a lógica do capital que se impõe à produção agropecuária dos países em desenvolvimento, determinando o que e como produzir, não para quem tem fome, mas para quem tem dinheiro. Tanto o conceito de segurança alimentar, quanto o conceito de soberania alimentar são de grande importância no que diz respeito à qualidade de vida das populações menos privilegiadas economicamente.

O surgimento do PNAE ocorreu em 1979, contudo, a preocupação governamental com a merenda escolar data da década de 1940, quando o governo sem condições financeiras acabou não instituindo o programa. O que aconteceu mais tarde no ano de 1955, quando o governo federal instituiu um extenso plano que se denominava Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, o qual teve como objetivo oferecer a merenda escolar a todos os alunos do ensino fundamental, e é a partir dele que se estrutura um programa nacional para a alimentação escolar.

Mais recentemente, em 2009, o programa foi reforçado passando a ter uma importância ainda maior. Além da alimentação escolar oferecida, os agricultores familiares foram beneficiados a partir da Lei 11.947/2009, que instituiu que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O conceito de representação social tem sua origem na sociologia, mas, atualmente vem sendo utilizado por outras ciências na busca de compreender fenômenos múltiplos, complexidades individuais e coletivas, psicológicas ou sociais. Segundo Sêga, a representação social:

Se apresenta como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos, e comunicações que lhes concernem (SÊGA, 2000, p. 23).

O cotidiano, por sua vez, pode ser definido como o lugar no qual se processam os diferentes tempos e espaços do ser humano, como por exemplo, a cultura, a história, a filosofia, a arte, a política, o ser, os saberes. É um lugar de transição e de encontro, de interferências e de conflitos. O estudo do cotidiano tem como ponto de partida o ser humano como ser particular em relação ao meio onde está inserido.

Levando em consideração os diversos problemas sociais existentes a nível nacional e mundial, os quais afetam diretamente a segurança e a soberania alimentar, a presente pesquisa tem como tema o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), e como problema de pesquisa investigou-se qual a representação social que a comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim de Correa de Barros Neto possui em relação ao PNAE no município de Tupanciretã/RS. E como objetivos específicos, aponta-se: a) descrever como se insere o PNAE no cotidiano escolar; b) analisar a representação social da comunidade escolar no que se refere a soberania e segurança alimentar; c) descrever o cotidiano da alimentação escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim Correa Neto.

A metodologia do trabalho compreendeu em um levantamento bibliográfico para alcançar o entendimento da temática abordada e obter subsídios para realizar a fundamentação teórica. Também realizou-se quatro trabalhos de campo ao local de estudo para melhor compreender a dinâmica do mesmo, além disso, foi confeccionado um mapa conceitual que auxiliou no entendimento das categorias de análise, as relações entre as mesmas e suas variáveis. Foram realizadas ainda, entrevistas semiestruturadas com a direção e merendeira, e um questionário com os estudantes, lembrando que o roteiro das entrevistas e do questionário é específico

para cada público. Tanto para os estudantes, quanto para a direção e funcionários, teve como objetivo levantar dados que se mostraram fundamentais para responder o problema de pesquisa e, também, enriquecer o trabalho realizado.

A presente pesquisa se utilizou de uma abordagem qualitativa, pois, a mesma possui características multimetodológicas, utilizando um número variado de métodos e instrumentos para a coleta de dados, e tem como foco de estudo o processo vivenciado pelos sujeitos. Assim, as investigações qualitativas veem crescendo muito nos últimos anos, destacando-se como um outro modo de construção de conhecimento capaz de responder à necessidade de compreender fenômenos oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, suprimindo vazios deixados pela pesquisa positivista e seus métodos de coleta e análise de dados. A pesquisa qualitativa vem ganhando muita força, pois:

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 28).

A abordagem qualitativa teve origem na Europa, mais precisamente na Alemanha no século XIX, surgindo principalmente em razão da necessidade das Ciências Sociais em estudar os fenômenos relacionados aos seres humanos. Sua base de análise é construída a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, sendo de responsabilidade do pesquisador não apenas descrever os comportamentos, mas, decifrar o significado da ação humana. O pressuposto principal dessa abordagem é que não há padrões formais ou conclusões definitivas, e a incerteza muitas vezes faz parte de sua epistemologia.

Este trabalho utilizou a observação participante, introduzida nas pesquisas científicas pela Escola de Chicago, no início do século XX, tendo sido duramente contestada pelos pesquisadores experimentais, e abandonada por décadas, atualmente foi resgatada, auxiliando nas descrições e interpretações de situações cada vez mais globais:

Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização,

planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato (QUEIROZ, et al. 2007, p. 56).

Até o momento, muitos trabalhos veem demonstrando uma visão do programa PNAE por parte de outros sujeitos envolvidos no processo, como por exemplo, os técnicos, os agricultores, entre outros. Tendo, dessa forma, um déficit em pesquisas que avaliem o programa utilizando como público avaliador os consumidores finais, ou seja, a comunidade escolar. Portanto, o trabalho tentará preencher essa lacuna existente, auxiliar no entendimento e no aprimoramento dessa política pública ainda muito recente no Brasil.

## **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O IMPACTO NA AGROBIODIVERSIDADE**

Os problemas sociais e ambientais no campo brasileiro se intensificaram com a modernização da agricultura. Iniciada no Brasil na década de 1960, com a ditadura militar, inicialmente na região Centro Oeste, conhecida também como “Revolução Verde”, expandiu-se para as demais regiões brasileiras, chegando também ao estado do Rio Grande do Sul. Esse modelo produtivo tem como base a grande concentração fundiária e a utilização intensa de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, o que alguns chamam de “pacote tecnológico”, para desenvolver uma agricultura em grande escala. O estado, por sua vez, teve papel fundamental no processo de modernização da agricultura, pois criou condições para a instalação das montadoras de máquinas agrícolas e para as fabricantes de insumos, também instalou um sistema de pesquisa e extensão difusionista com o objetivo de promover esse processo, além das condições financeiras que foram essenciais para o desenvolvimento do mesmo.

Além das mudanças tecnológicas e fundiárias, outros aspectos também sofreram profundas modificações, como as relações de trabalho, a distribuição espacial da produção que, até então, se concentrava no sul e sudeste brasileiro, as relações intersetoriais com a formação dos complexos agroindustriais, inserção das multinacionais que passaram a investir grande volume de capital nesta atividade.



A modernização da agricultura na década de 1960 veio totalmente na contramão da reforma agrária, que vinha sendo muito discutida e priorizada pelos partidos de esquerda como sendo um novo caminho para a solução da questão fundiária e para produção agrícola no Brasil. Pregavam que a democratização da terra era uma condição primordial para o desenvolvimento da agropecuária e produção de alimentos de qualidade para a população brasileira.

Atualmente, após décadas da implantação desse modelo produtivo, podemos perceber os danos socioambientais que o mesmo causou e ainda causa, como por exemplo, a concentração da terra e renda, grandes desigualdades sociais no campo, o êxodo rural que marcou a transição populacional do campo para a cidade, entre outros. Veja o que diz Alentajano (2012, p. 479) sobre o processo de modernização da agricultura:

O que é inegável é que a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro, ao permitir que os grandes proprietários se apropriassem de mais terras e de mais riqueza em detrimento dos trabalhadores rurais, dentre os quais avançou a proletarianização e a pauperização.

Podemos entender como impacto ambiental toda e qualquer alteração das propriedades químicas, físicas e biológicas no meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultantes das diversas atividades dos seres humanos que afetam direta, ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e qualidade dos recursos ambientais na atualidade e numa projeção futura.

Os impactos provocados pela modernização da agricultura vão além dos socioambientais, o impacto ideológico causado aos agricultores familiares menospreza os conhecimentos tradicionais, atribuindo aos mesmos o sinônimo de atraso e pobreza, colocando-os numa posição de empecilho para o desenvolvimento da agricultura. Com isso o agricultor é expropriado dos saberes tradicionais e torna-se dependente desse modelo produtivo.

Esta imposição ideológica da modernização passa pelo convencimento do agricultor no que diz respeito à superioridade das formas modernas de produzir em relação às tradicionais, e seu impacto é expressivo, porque, além de reforçar a expropriação econômica, representa uma forma de

expropriação do saber, pois, torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos. (ALENTAJANO, 2012, p. 480).

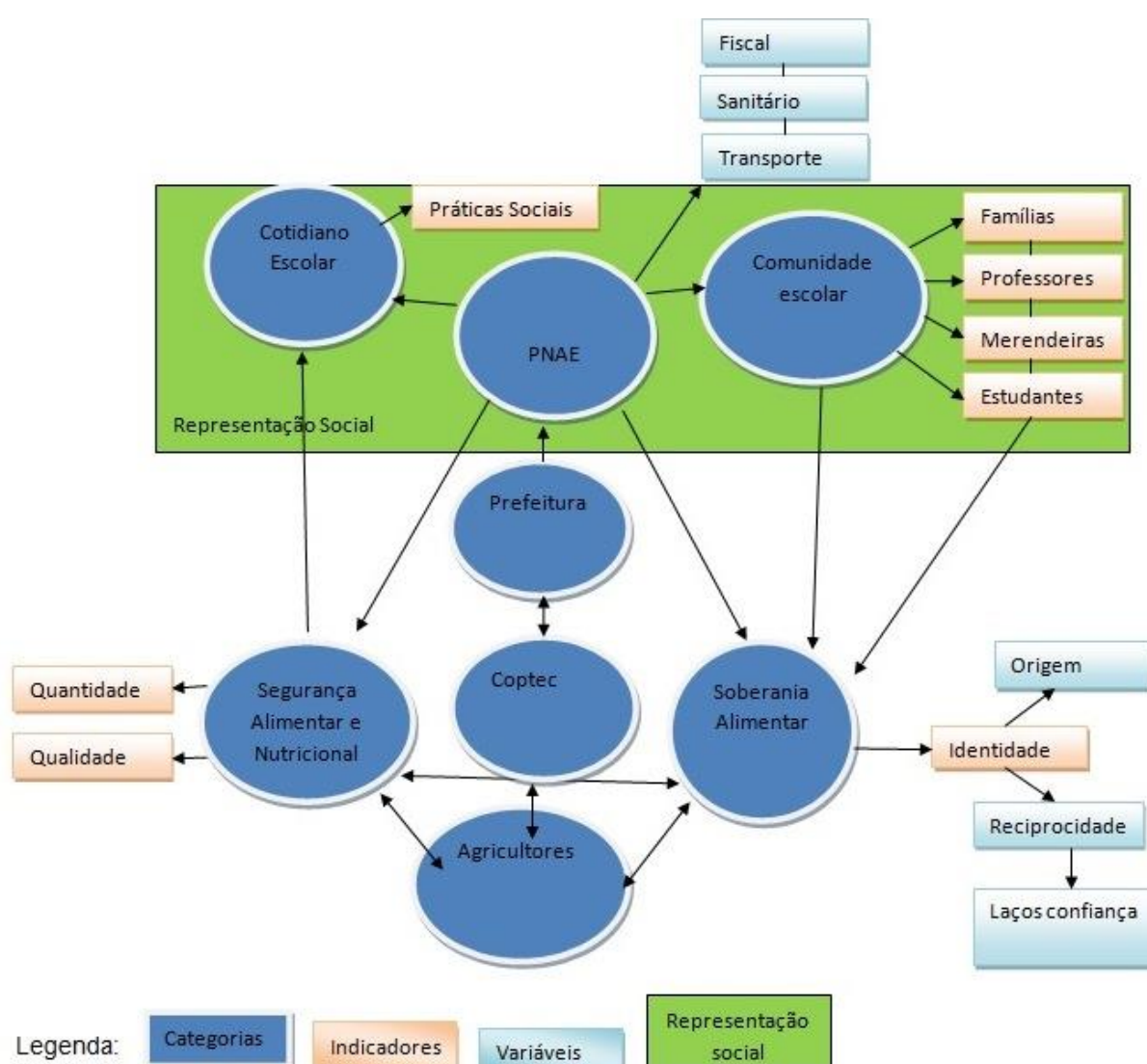
O processo de modernização da agricultura é baseado na monocultura extensiva, sendo o contraponto da agrobiodiversidade que é fundamentada na diversidade de organismos, tanto vegetal quanto animal, existentes no campo. Machado, (2013, p. 46) conceitua: “A diversidade é a propriedade de um conjunto de objetos de serem diferentes e não idênticos, em que cada um (ou cada classe) deles difere dos demais, em uma ou mais características”. Por isso quando se introduz uma monocultura em um ecossistema, este é agredido, pois, ocorre com isso a interrupção da cadeia biológica ou cadeia trófica (cadeia alimentar), ocasionando o desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais, desestabilizando o ecossistema e também o bioma em que essa prática for implantada.

Tendo em vista a preocupação com o avanço desde modelo produtivo e suas consequências na sociedade surgiram alguns movimentos sociais no campo. Entre eles o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1985, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no início da década de 1970, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no final da década de 1990, que integram atualmente a Via Campesina. A partir de suas lutas conquistaram alguns avanços e políticas públicas que auxiliam muito os camponeses a permanecer produzindo e se reproduzindo a partir da agricultura. Entre essas políticas podemos citar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Todos estes programas objetivam fortalecer a agricultura familiar no Brasil.

## **CATEGORIAS, INDICADORES E VARIÁVEIS PRESENTES NO PROCESSO**

Os mapas conceituais possuem várias utilidades, entre elas está a representação gráfica. Segundo Faria, (1995, p. 27) os mapas conceituais “indicam as relações existentes entre conceitos, conectando-os através de palavras-chave e oferecendo estímulos adequados aos educandos”. São muito úteis na representação de processos, para melhor compreender as relações entre as categorias de análise, os indicadores e as variáveis, pois a partir dele podemos ter uma visão panorâmica

do processo no seu todo, o que é de suma importância no estudo de alguns fenômenos, principalmente os de ordem subjetiva em estudos que se utilizam de um método qualitativo para responder os questionamentos propostos na problemática do trabalho. A seguir será apresentado um mapa conceitual (Figura 01) para que compreendamos melhor as categorias, os indicadores e as variáveis envolvidas no processo e as suas mútuas relações, tudo isso visando a melhor compreensão das relações existentes entre essas três instâncias.



**Figura 01 – Mapa Conceitual.**  
**Org.:** Rossato/2015.

Inicialmente iremos discutir as categorias do mapa que representam as maiores instâncias na representação, pois a partir delas e das suas relações é que o

processo acontece. Podemos perceber no mapa que, direta ou indiretamente, todas as demais categorias estão ligadas ao PNAE, como a prefeitura, por exemplo, é responsável pelos recursos financeiros e a Coptec, cooperativa que organiza os grupos de agricultores para a produção, além de prestar assistência técnica e intermediar a comercialização entre os agricultores e a prefeitura.

O PNAE também está ligado à segurança alimentar e nutricional, quando garante alimentos em quantidade e qualidade para a escola. Os agricultores também são beneficiados pelo programa na geração de renda, possibilitando-lhes autonomia, o que é remetido novamente à soberania alimentar, pois proporciona uma produção e uma alimentação saudável. Não podemos esquecer do cotidiano escolar que está relacionado ao PNAE, na medida em que se oferece, através do programa, uma alimentação mais saudável e com boa capacidade nutricional para a merenda escolar, o que de certa forma influencia no rendimento e na saúde dos estudantes.

Observando os indicadores, pode-se perceber que os mesmos estão ligados às categorias, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, cotidiano escolar e comunidade escolar. Assim, os indicadores ligados à segurança alimentar e nutricional são a “quantidade” e a “qualidade”. Em seu Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a segurança alimentar compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade (primeiro indicador), em quantidade (segundo indicador) suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Como indicador da categoria soberania alimentar temos a “identidade”, que remete à relação que o agricultor possui com aquilo que produz, ou seja, se produz a partir de sua autonomia, ou se produz aquilo que é imposto pelo mercado capitalista, em resumo a identidade está relacionada à autonomia do agricultor sobre a produção. Ainda temos ligado ao indicador identidade, a variável “origem” que está relacionada com o local da onde veem os alimentos, a reciprocidade que está ligada à relação do agricultor com a produção e a terra, seu meio de sobrevivência. E por último, mas não menos importante, temos os “laços de confiança” que se estabelecem entre quem produz, no caso os agricultores assentados de Tupanciretã/RS, e quem consome, as escolas do município.

Ligado à categoria “cotidiano escolar” temos o indicador “relações sociais”. É no cotidiano que as relações sociais acontecem e se estabelecem entre os diferentes atores que formam a comunidade escolar, que por sua vez é uma categoria que também possui os indicadores família, professores, funcionários e estudantes, que são os atores que formam a comunidade escolar e possuem participação no processo de ensino-aprendizagem.

A categoria PNAE, por sua vez, possui os seguintes indicadores: o transporte que remete à forma como é levado os alimentos até as escolas, sendo realizado pela prefeitura; o sanitário que está ligado às recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e o indicador fiscal que está ligado às leis, procedimento necessário para que aconteça de forma legal a comercialização através do programa PNAE.

Para finalizar esse emaranhado de relações temos a variável “representação social” que integra outras variáveis como o PNAE, o qual além de representar uma alternativa de renda para os agricultores e disponibilizar uma alimentação mais natural e de qualidade, também tem como objetivo inserir nas escolas o tema da educação alimentar, de suma importância no processo de reeducação alimentar.

A representação social também está relacionada à comunidade escolar, pois o objetivo principal deste trabalho é analisar a representação social da comunidade escolar em relação ao PNAE. Neste conjunto de conexões temos que inserir uma última variável que é o cotidiano escolar, que nada mais é que o ambiente onde acontecem as mútuas relações.

## **ENTENDENDO O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

O conceito de segurança alimentar e nutricional leva à reflexão sobre a capacidade que cada país possui de produzir seu próprio alimento, evitando assim problemas como a fome e a subnutrição, adquirindo uma perspectiva internacional com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), bem como de outros organismos financeiros internacionais que passaram a se preocupar com o problema da fome no mundo.

No Brasil, as discussões sobre o tema se intensificaram após a aprovação do Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991, do Congresso Nacional.

Três anos depois aconteceu, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) que foi realizado em Brasília, com o objetivo de discutir as diretrizes para a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Ampliou-se a discussão e os debates sobre a promoção dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (DHESC), entre eles o DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada). Esta conferência teve grande importância, pois através dela elaborou-se um relatório sobre a situação da Segurança Alimentar e da Fome no Brasil. Tal documento foi entregue em 1996, pelo governo brasileiro, à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, por uma comissão tripartite (formada pela sociedade civil, governo e iniciativa privada).

O tema SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) é bastante amplo, envolvendo aspectos tanto de oferta (produção, desenvolvimento sustentável, abastecimento e comercialização), quanto de demanda (aproveitamento e aquisição) de alimentos. O tema pode ser analisado sob o ponto de vista micro ou macroeconômico, ou seja, do ponto de vista local, regional, nacional e até mesmo mundial.

Atualmente, esse tema vem sendo motivo de várias conferências, congressos, seminários, etc., e evoluiu muito no Brasil, principalmente, a partir de 2002 com a criação de políticas sociais que buscam a erradicação da fome e da miséria no país, com a evolução das discussões surgiu, recentemente, o tema soberania alimentar.

## **ENTENDENDO MELHOR O CONCEITO DE SOBERANIA ALIMENTAR**

Podemos definir soberania alimentar como o direito dos povos em definirem o que produzir, como produzir e o que consumir, no mais estrito respeito às diversas culturas alimentares existentes no mundo. Mas para que isto aconteça requer a afirmação do papel regulador do Estado, garantindo a igualdade de gênero, etnia, raça e justiça social e econômica, com a consolidação de um modelo de produção em bases agroecológicas e de consumo sustentável, responsável e solidário que permita o desenvolvimento social, que conserve a natureza, que altere a visão sobre o trabalho com reconhecimento da relação entre a dimensão produtiva e reprodutiva do trabalho das mulheres, que mantenha uma crítica permanente à sociedade

patriarcal, porque a sustentabilidade da vida humana não pode ser considerada responsabilidade somente das mulheres.

O conceito de soberania alimentar passou a ser mais discutido a partir de 2001, quando ocorreu o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, na cidade de Havana, em Cuba. Teve como objetivo analisar a perda de soberania sobre os recursos alimentares dos países do terceiro mundo, sendo a soberania alimentar a bandeira de movimentos sociais ligados à reforma agrária, rebelando-se contra a lógica do capital que se impõe à produção agropecuária dos países em desenvolvimento. A lógica do capital busca determinar o que produzir, como produzir, e para quem produzir, ou seja, para quem tem dinheiro a pagar pelo alimento, excluindo os que tem fome.

## **PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, e é o único com atendimento universalizado.

A origem do programa data o início do ano de 1940, quando o Instituto de Nutrição lançou a proposta para que o Governo Federal oferecesse alimentação gratuita às escolas públicas de todo o Brasil. Infelizmente, a proposta não foi aceita pelo Governo Federal, relatando a indisponibilidade de recursos financeiros para por em prática essa política pública.

Já na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É a partir dele que se estrutura pela primeira vez no país um programa nacional de merenda escolar, sob a responsabilidade pública.

Desse plano, apenas o Programa de Alimentação Escolar permaneceu a duras custas, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, o qual permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, à campanha de nutrição materno-infantil.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação na ocasião, foram realizados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais que apoiaram financeiramente o programa. Com o Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, a campanha passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com o objetivo de promover o atendimento em âmbito nacional.

Mais tarde em 1965, o nome CNME foi modificado novamente para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), pelo Decreto nº 56.886/65, surgindo um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, destinado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).

A partir 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), e apenas em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permanecendo com esse nome até os dias atuais.

Em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Desde sua criação até 1993, a execução do programa foi totalmente centralizada, ou seja, tudo era feito pelo órgão gerenciador, o planejamento dos cardápios, a aquisição dos gêneros alimentícios através de licitações, a contratação de laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e também distribuição dos alimentos em todo o território nacional, processo que tornou o programa difícil de ser gerenciado.

Em 1994 iniciou-se a descentralização dos recursos do programa por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, processo que aconteceu gradativamente, a partir daí realizou-se convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de



Educação dos estados e do Distrito Federal, que se encarregaram da competência para atendimento aos alunos de suas redes de ensino. A descentralização aconteceu aos poucos, evoluindo de 1.532 municípios, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.

Com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98A ocorreu a consolidação da descentralização, agora sob o gerenciamento do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O repasse dos recursos passou a ser direto e automático a todos os municípios e Secretarias de Educação, sem a necessidade de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, medida que trouxe maior agilidade ao processo.

Ao decorrer de sua longa história, muitos avanços aconteceram no PNAE, entre eles a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), na qual destaca-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Outro grande avanço no programa foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Isso aconteceu em 2 de junho de 2000, a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são constituídos por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

A partir de 2006, uma grande conquista foi alcançada, a obrigatoriedade da presença do(a) nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE, aproximando-o, cada vez mais, dos seus reais objetivos. Ainda em 2006, foi estabelecida parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, o que propiciou a criação de Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações de extensão, pesquisa e ensino voltadas para as necessidades do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades. Dentre essas atividades, merece destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa.

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável, é importante ressaltar que para esse sucesso foram fundamentais os acordos firmados com instituições internacionais, como a FAO, com o PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, ocorreram novos avanços no PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos EJA, e a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

É importante frisar que o PNAE transfere recursos diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social, e destacar o fato de o programa prioriza a aquisição de alimentos em áreas de assentamentos da reforma agrária, em comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, diferenciando o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de incentivo e priorização da educação infantil em nosso país.

Recentemente em 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do programa: a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). A medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT).

Para finalizar, vale destacar, que no ano de 2000, o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos, com um investimento de R\$ 901,7 milhões, dando um salto em 2013 para, aproximadamente, 43 milhões de alunos com um investimento de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

## **PNAE: FUNCIONAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO**

O PNAE é um programa muito antigo, que aos poucos foi crescendo e tomando a atual proporção que se encontra atualmente, um programa tão extenso

necessita também de um aparato legal muito bem fundamentado e não tão menos extenso. A seguir, iremos explicar de forma mais detalhada o funcionamento e a operacionalização do PNAE.

## **PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PNAE**

O programa, em seus princípios, busca principalmente garantir uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para todos os alunos da educação básica no Brasil, os princípios estão presentes no art 2º da resolução/cd/fnde n º 38, de 16 de julho de 2009, o qual é formado por VII incisos:

O inciso I diz respeito ao direito humano à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os alunos; o II delimita o público que será beneficiado pelo programa que são os alunos das redes públicas da educação básica de todo o Brasil, alimentação a qual será gratuita; o inciso III fala sobre a equidade, que nada mais é do que o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária para todos os que são beneficiados pelo programa; o IV preocupa-se com a sustentabilidade e a continuidade do programa, que entre seus objetivos visa o acesso regular e permanente a uma alimentação saudável e adequada; o inciso V está relacionado ao respeito dos hábitos alimentares de cada público beneficiado, considerando as tradições que fazem parte da cultura e da preferências alimentares da localidade beneficiada; quanto ao VI remete-se ao compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre governo federal, estados e municípios; e o VII é referente à participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e, dessa forma, garantir a execução do Programa com o máximo de eficiência.

O PNAE, em sua operacionalização, está baseado em quatro diretrizes, que fazem parte do art 3º da resolução/cd/fnde n º 38, de 16 de julho de 2009 e fundamentam todo o programa. A I diretriz diz: o emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de

saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. Essa diretriz como podemos perceber está preocupada com a qualidade dos alimentos fornecidos, o respeito aos hábitos alimentares de quem os consome, e que isso auxilie no rendimento escolar dos estudantes. A diretriz II refere-se: à educação alimentar e nutricional que deve ser incluída no processo de ensino e aprendizagem, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional para todos; a III diretriz afirma: a descentralização das ações e articulação do programa, em regime de colaboração, entre o governo federal, estados e municípios; e IV diz respeito ao apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, dando prioridade às comunidades tradicionais indígenas, remanescentes de quilombos e de áreas de reforma agrária.

## **PNAE: OBJETIVOS**

Nas suas origens nos meados dos anos de 1950, o Pnae tinha o objetivo de propiciar merenda escolar aos alunos da rede pública de regiões com maior vulnerabilidade de alimentos. A partir de 2009, com a criação da Lei nº 11.947, os objetivos vão muito além disso, os artigos 4º e 5º tratam especificamente dos objetivos do programa, os quais veremos a seguir:

Conforme o art. 4º, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Parágrafo único. As ações de educação alimentar e nutricional serão de responsabilidade do ente público educacional. Este artigo demonstra a preocupação com o desenvolvimento integral do estudante, ou seja, nas esferas biológica, psíquica, e social, também com o rendimento escolar e os hábitos alimentares dos mesmos.

O art. 5º trata do público atendido pelo programa, segundo este artigo serão atendidos pelo PNAE os alunos matriculados na educação básica das redes

públicas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, inclusive as escolas localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, dessa maneira pode-se perceber a grande abrangência do programa.

## **COTIDIANO ESCOLAR**

O termo cotidiano é muito usado e, significa no português, aquilo que é habitual ao ser humano, ou seja, está presente na vivência do dia a dia. Cotidiano também pode indicar o tempo no qual se dá a vivência de um ser humano; também pode indicar a relação espaço-temporal na qual se dá essa vivência. Mas, porém, para alguns autores como, por exemplo, Lefebvre (1992) o cotidiano se torna uma categoria de análise. Nesse sentido, a obra de Lefebvre busca atribuir ao cotidiano uma significação política mais relevante uma vez que, do ponto de vista de sua leitura sociológica da sociedade moderna, o cotidiano, enquanto modo de vida, teria se tornado o centro das análises.

O norte-americano Robert Stake (1983, p. 11) por sua vez, fala sobre o cotidiano escolar, e indica a “necessidade de cruzamento de fontes nas pesquisas, a partir da observação do que diariamente se passa na escola”, também dá ênfase à “impossibilidade de generalizações das conclusões”.

No Brasil, seus trabalhos vão permitir o desenvolvimento de pesquisas importantes criando assim possibilidades teórico-metodológicas para a pesquisa do cotidiano, os incorporam a ideia de multiplicidade e de complexidade nos processos do cotidiano escolar. Por meio destes estudos foi possível a ampliação dos trabalhos no/do cotidiano, através da compreensão das relações que mantêm entre si os múltiplos cotidianos em que cada um vive, ou seja, o cotidiano individual de cada ator social, em especial considerando os produtos culturais com os quais os praticantes desses diferentes cotidianos tecem essas relações entre si.

Os professores, à medida que vão questionando suas diversas práticas, identificadas, conhecidas e analisadas através de processos de pesquisa, são os que podem efetivar intervenções no cotidiano das escolas, desenvolvendo alternativas às propostas oficiais (STENHOUSE, 1993, p. 98).

Essa possibilidade/necessidade, Stenhouse percebe a partir da compreensão das diferenças culturais existentes em nossa sociedade, pois foi

a partir dos seus estudos que começamos em nosso país a relacionar cotidiano escolar com cultura.

Com a tradução no Brasil de alguns trabalhos realizados no México, especialmente por Justa Ezpeleta e Elsie Rockwell (1986), soma-se aos estudos do cotidiano o entendimento de que os mesmos precisam ser mais do que “a tendência de descrever a escola em seus aspectos negativos”, ou seja, dizendo o que não há nelas ou o que não corresponde ao modelo de análise adotado, a pesquisa tem que ir bem além disso, o importante é perceber que devemos estudar as escolas em sua realidade, como elas são, como é o seu cotidiano, sem julgamentos antecipados de valor e, principalmente, buscar compreender o “porquê” das coisas, pois, o que nela se faz e se cria precisa ser visto como uma alternativa possível naquela realidade encontrada pelos sujeitos que nela trabalham, estudam e vão levar seus filhos.

Para finalizar, podemos dizer que o cotidiano escolar é visto por muitos, como práticas rotineiras de senso comum, contudo, quando olhamos desta forma deixamos de levar em consideração uma série de aspectos que interferem decisivamente na vida das pessoas que fazem parte deste cotidiano. Imersos no dia a dia de professores, alunos e outros agentes da escola, nem sempre param para pensar sobre o que é ou tem sido a realidade cotidiana da escola e os seus efeitos sobre o processo pedagógico. Desse ponto de vista, muitas questões têm fugido ao controle da instituição, dos professores e dos alunos que enfrentam dificuldades para a realização das atividades escolares, e são essas dificuldades que possibilitam estudos para melhor compreender o cotidiano escolar.

A partir do estudo referente às dificuldades encontradas no cotidiano da escola, foi possível entender que o mesmo não é algo estático e móvel ou que acontece da mesma forma diariamente. O cotidiano escolar é dinâmico e nele acontecem múltiplas relações e interações, onde se produz e reproduz conhecimentos e não podemos esquecer que as relações externas exercem influências neste cotidiano, pois, cada ator tem a sua cultura e um cotidiano em particular que reflete em suas ações e relações com os outros membros do ambiente escolar. Assim, é preciso que se observe o todo, para podermos analisar melhor o que está acontecendo e dificultando a emancipação do cotidiano escolar.

## REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O sociólogo Émile Durkheim é o criador do conceito de “Representação Social”, o qual por muito tempo ficou esquecido, sendo resgatado em 1961 por Serge Moscovici. Atualmente o conceito extrapolou a sociologia e passou a ser utilizado por outras ciências como a psicologia social, por exemplo.

Moscovici (1978, p. 18) resgata o conceito de representação social do emaranhado de conceitos sociológicos e psicológicos, para ele nada mais é que “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.” Os estudos teóricos têm dado destaque às temáticas relacionadas ao indivíduo, na maioria das vezes, isolado do seu contexto sociocultural e histórico. Esse tipo de procedimento dificulta a solução dos problemas, comprometendo a sistematização de novos conhecimentos no campo da psicologia social e comunitária, os quais são importantes para a melhoria da realidade socioeconômica e cultural.

A partir dessas discussões, pode-se entender as representações sociais como um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais. Segundo a definição apresentada por Denise Jodelet (1984, p. 31): “são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos”. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos, ou seja, como elementos que auxiliam no processo de construção de conhecimento (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas a isso, sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Desse modo, as representações são fenômenos sociais que têm de ser analisadas e entendidas a partir do ambiente onde são produzidas, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

O processo de veiculação de alguns fatores como as ideias e os hábitos, bem como o de estruturação do pensamento e da linguagem, não existem no vazio no nada, para sua apreensão é necessário fazer com que eles sejam tomados de forma integrada e articulada ao concreto, ao ser humano que lhes é agente e também sujeito. Deste modo, as representações sociais, enquanto sistemas de interpretação

que determina nossa relação com o mundo e com os outros, organizam as comunicações e as condutas sociais, não são apenas uma reprodução do real no plano subjetivo, mas a sua reorganização significativa, através da qual cada objeto tem seu espaço e seu contorno próprio. A partir das discussões acima pode-se definir a representação social como a particularização de um objeto no processo mais amplo de apreensão e de apropriação do real pelo homem, enquanto sujeito e agente.

Pensando desta maneira, não é possível estudá-la sem também compreender uma outra categoria de análise que é o "lugar", a qual abrange o concreto, o local onde acontece e se constrói as relações entre as variáveis e das mesmas com o homem, que através delas se comunica e age, tornando-se sujeito ativo neste processo. É interessante colocarmos que a realidade não é aqui tomada, como algo definitivo e determinado, mas como algo intrinsecamente processual, ou seja, em processo de construção, dessa forma o homem relaciona e integra informações e experiências, estruturando e associando conceitos, imagens, valores, normas, símbolos e crenças, tudo isso numa tentativa de explicação do real e de suas partes, tornando o real concreto para si, se (re)produz ao produzi-lo e ao ser por ele produzido.

Outra categoria importante quando falamos em representação social é a totalidade, a qual permite a compreensão do concreto em construção, de sua dinâmica, de seu processo. Portanto, seria ilusório e uma negação aplicá-la à análise do concreto, excluindo dele o homem. "O ponto de vista da totalidade não determina, entretanto, somente o objeto, determina também o sujeito do conhecimento" (LUKÁCS, 1960, p. 48), ou seja, aquele que detém o conhecimento, neste caso, o ser humano.

Mas, pensar o homem como totalidade implica a superação de uma série de dicotomias que o fragmentam distorcendo a possibilidade de apreensão desta totalidade orgânica, dinâmica e articulada, que é o homem. A inserção do homem numa totalidade social, não é apenas um fato externo, é um processo que o atinge estruturalmente, ao mesmo tempo em que o constitui. Por este mesmo processo o concreto também se constitui enquanto tal.

Nesta linha de análise, deixa de ter sentido as dicotomias como, por exemplo, entre afetivo e racional, o subjetivo e o objetivo, o individual e o social. A racionalidade, tanto quanto a afetividade, se vinculam e executam no concreto como



síntese possível e dinâmica de um processo histórico que as extrapolam. Todas estas dimensões citadas à cima articulam-se à especificidade da parte pela qual o sujeito se integra em determinada totalidade social.

Estas colocações põem em questão um conjunto estabelecido de estereótipos, através dos quais se pretende afirmar uma pretensa racionalidade única, neutra, a partir da qual se garantiria a neutralidade à ciência e ainda a justificativa de certas determinações, afirmações, medidas e posturas.

Podemos ainda dizer que a representação social se constrói e se articula em torno de objetos definidos. "Ela é determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, seu vivido), pelo sistema social e ideológico no qual ele se insere e pelos vínculos que o sujeito mantém com este sistema social" (ABRIC, 1989, p. 188). Integrada num campo amplo de significações, a representação apresentará um núcleo central e polarizações secundárias que poderão ser centrais no estudo de outros objetos. "Este núcleo central é o elemento fundamental da representação, porque é ele quem determina sua significação e organização" (ABRIC, 1989, p. 197). Quanto às polarizações secundárias, elas se constituem pelas articulações que, estruturando o núcleo central, as associam em posição a ele secundária.

Todo esse processo não pode ser isolado da ideologia, nem a ela ser identificado. Não pode ser isolado porque as ideias dominantes em uma sociedade deixam seus traços em todo o homem que a integra, e não pode ser identificado porque isto seria negar o concreto da negatividade potencial presente em cada homem, o reduzindo a um simples reprodutor do que já foi feito ou pensado anteriormente.

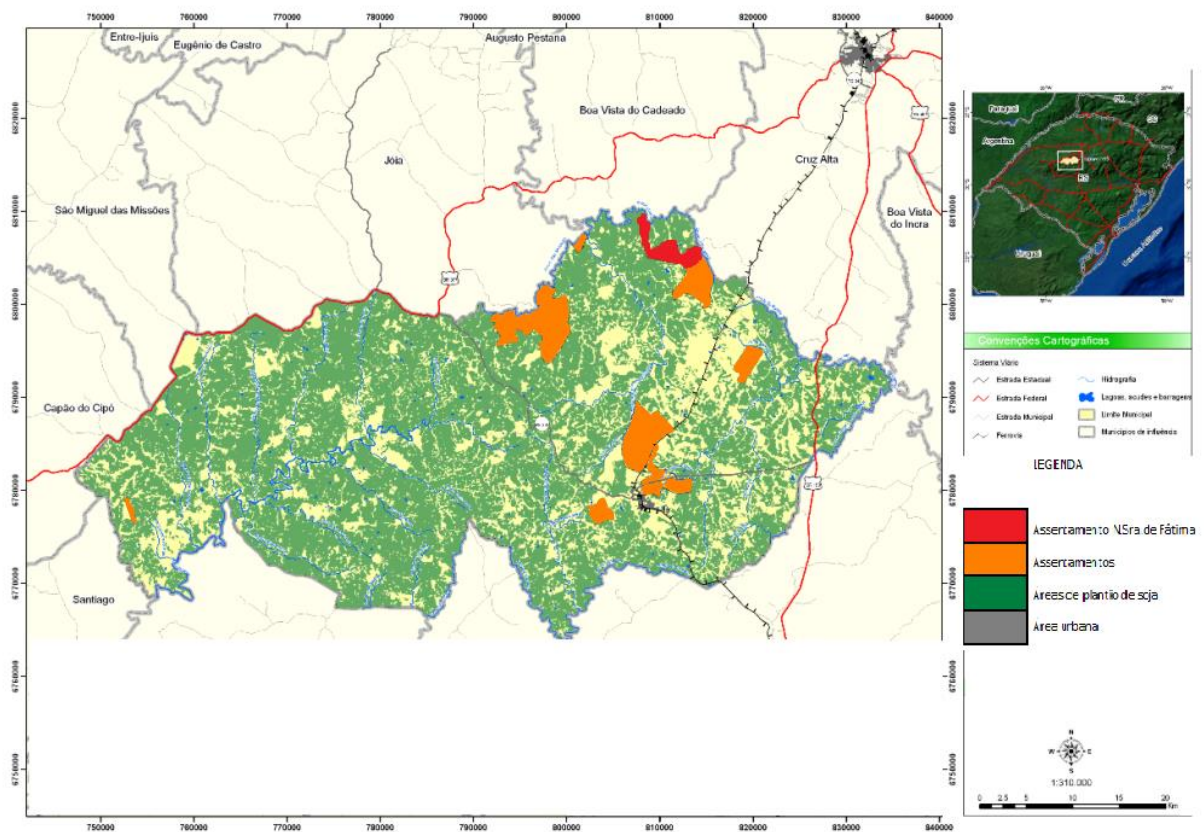
Para Jodelet (1984, p. 360) "As representações sociais, estruturando-se como uma forma de conhecimento social, um saber prático, levam as marcas das contradições e conflitos desse mesmo social que elas articulam nas comunicações e nas condutas".

## **CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim de Correa de Barros Neto está localizada no assentamento Nossa Senhora de Fátima, área rural do município de Tupanciretã/RS. O quadro de funcionários da escola conta com cinco professores, dois monitores via Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), uma

merendeira, um auxiliar de serviços gerais. A escola foi criada com objetivo de atender o grande número de crianças e jovens do assentamento N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> de Fátima, assentamentos próximos, e filhos de funcionários de fazendas da região.

O município de Tupanciretã esta localizado na região centro do Rio Grane do Sul (Figura 02), com aproximadamente 22.800 habitantes. A base econômica do município é praticamente advinda do comércio e da produção primária de grãos para exportação, dando um destaque para a produção de soja, sendo o município o maior produtor de soja do estado do Rio Grande do Sul.



**Figura 02** – Localização do município de Tupanciretã.

**Fonte:** <http://geomapservice.webnode.com.br//2010>.

Tupanciretã é um município muito extenso territorialmente, contudo, com uma baixa densidade demográfica no campo devido a composição fundiária baseada no latifúndio monocultor. Os minifúndios do município são basicamente compostos pelas famílias assentadas da Reforma Agrária, sendo 652 famílias distribuídas em 17 assentamentos. Para termos uma dimensão da desigualdade na distribuição de

terras do município, estas famílias representam 80% da população rural e ocupam apenas 5% da área rural do município.

A produção de soja influencia diretamente os assentados, sendo que uma grande maioria também cultiva o grão, segundo trabalho publicado pelos técnicos da Coptec, Rodrigo Cidade e Juliana de Almeida Costa (2013, p. 02): Tupanciretã é o maior produtor de soja do estado do Rio Grande do Sul, fato que influencia diretamente na matriz produtiva também das famílias assentadas. Mesmo que a produção de leite tenha grande destaque dentro dos assentamentos, vem ocorrendo um grande crescimento no plantio da soja nos últimos 10 anos, predominando não apenas nos latifúndios, mas, também nos assentamentos.

Tendo em vista esse cenário, a equipe técnica de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), juntamente com a COPERTERRA (Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra LTDA) e com a regional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) veem buscando desenvolver novas alternativas de geração de renda para as famílias assentadas, para isso houve um grande esforço para acessar as políticas institucionais de comercialização, “visualizando-as como alternativas de construção para a diversificação e a agroecologia dentro dos assentamentos da região” (COSTA; CIDADE, 2013, p. 2).

## **DISCUSSÕES E RESULTADOS**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim de Correa de Barros Neto, com a direção e merendeira na forma de entrevista semiestruturada, e com os alunos na forma de questionário, os resultados obtidos serão discutidos tentando responder os objetivos deste trabalho, os dados obtidos foram analisados separadamente para se apresentarem de forma clara.

Durante a pesquisa percebeu-se que as representações sociais dos diferentes atores sociais da escola convergem em alguns pontos e divergem em outros. Iniciamos a análise pela direção:

Para a diretora, o PNAE é importante na geração de renda aos agricultores assentados de Tupanciretã, auxiliando-os a permanecer no campo com qualidade de vida para si e para a sua família. Em relação à qualidade dos alimentos que chegam até a escola, ela relata que pode melhorar, pois houve alguns casos de alimentos que deixaram a desejar na qualidade, como por exemplo, e feijão e a

farinha de milho em algumas entregas de alimentos, mas em relação a legumes e verduras sempre foram entregues com boa qualidade.

Após a aquisição de alimentos via PNAE, segundo a diretora, a merenda melhorou, passou a ser mais natural e saudável, e os estudantes gostam mais dos alimentos da merenda, principalmente os das séries iniciais. Veja o que diz a diretora: “antigamente era tudo industrializado, e aqui as crianças gostam de frutas e verduras e pelo fato de ser natural é de grande valia”. Em relação ao que pode ser melhorado, ela afirma que:

Poderia haver mais incentivo da prefeitura, incentivando os agricultores, poderia diversificar mais os produtos, uma vez tinha iogurte, queijo que era entregue pela COOPERTERRA e agora não vem mais, e era uma coisa que não poderiam ter deixado de mandar para a escola, porque as crianças gostavam destes produtos e não é porque a escola é no interior que a alimentação tem que ser diferente das escolas da cidade, mas o programa é muito bom espero que ele continue e que haja mais incentivos para que melhore cada vez mais (Entrevista do Trabalho de Campo).

Pode-se perceber, a partir das palavras da diretora, que o PNAE precisa evoluir em alguns pontos, havendo maior engajamento dos órgãos públicos no incentivo da produção, na diversificação dos produtos entregues, como o queijo e o iogurte que eram entregues pela COOPERTERRA, que é uma cooperativa constituída por assentados no município de Tupanciretã, cujo principal produto é o leite.

Quando questionada sobre os pontos positivos do programa, ela respondeu que entre muitos pontos está:

O apoio para os agricultores no sustento, isso também é uma forma de reconhecer o seu trabalho, a merenda vinha de lugares distantes sendo que poderia ser produzida aqui no município, o que deixava de lado os agricultores locais. Também incentivar os estudantes que queiram permanecer trabalhando no meio rural (Entrevista do Trabalho de Campo).

A partir dessas palavras, percebe-se que o programa além de possibilitar uma grande melhoria na merenda escolar, com produtos naturais, saudáveis e sustentáveis, a partir de circuitos curtos entre a produção e a comercialização, o que diminui muito a energia gasta na atividade, o PNAE representa uma alternativa na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida para as famílias assentadas que participam do processo.

A representação social da merendeira em relação ao programa mostra que o PNAE representa um grande avanço para os agricultores do município, e também melhorou a merenda na escola com a entrega de produtos mais saudáveis, como frutas, sucos, e alguns alimentos. Mas, ainda acredita que precisa melhorar em alguns aspectos como a qualidade dos alimentos entregues, pois, deixou a desejar em algumas entregas, a diversidade dos mesmos, a falta de diálogo entre a nutricionista da prefeitura e as merendeiras na elaboração dos cardápios e nos produtos adquiridos, falta também um trabalho com os estudantes, demonstrando a importância dos alimentos naturais para a saúde, já que alguns não têm hábito de comer a merenda.

Ainda segundo a merendeira, os professores poderiam trabalhar a história do assentamento, valorizar as coisas locais, para que os alunos valorizem mais os produtos da merenda que são de origem dos assentados, e sintam orgulho do lugar onde vivem, e não pensar que para ser bom tem que vir de fora, que é possível ter coisas de qualidade dentro dos assentamentos. Veja nas suas palavras:

Mesmo a escola sendo dentro de um assentamento no meu ver ela é bastante urbana, as crianças não conhecem a própria escola, os professores são da cidade, no meu ver existe uma perda de identidade com o MST e com a agricultura por parte dos estudantes, e se não for trabalhado isso quando vem uma merenda natural de origem dos agricultores, elas dificilmente vão querer comer. Mas acho que com passar do tempo as coisas podem melhorar (Entrevista do Trabalho de Campo).

Veja o que diz a merendeira quando pergunto se houve melhorias na merenda após a aquisição dos produtos diretamente dos agricultores da região:

Melhorou, agora vem mais frutas o que antes não vinha, o suco que vem agora é natural e não de pacotinho, podemos dizer que melhorou, mas, poderia ter melhorado bem mais, eu acho que a nutricionista poderia sentar com as merendeiras e ouvir a opinião do que poderia ser mudado, ela só vem na escola no dia da entrega dos alimentos, ela monta um cardápio sem ouvir as merendeiras (Entrevista do Trabalho de Campo).

A respeito da nutricionista a merendeira fala que:

Na maioria das vezes a nutricionista vem aqui entrega a merenda e vai embora só quando tem muita reclamação daí ela explica, mas ela não vai na cozinha perguntar o porque não está funcionando, mas se ela me perguntar eu posso responder. Imagina se a nutricionista reunisse as merendeiras para montar o cardápio, isso seria muito bom para todos nós, mas é um sonho que está muito longe (Entrevista do Trabalho de Campo).

Para ela os órgãos públicos, Governos Federal, Estadual, Prefeitura, Assistência técnica, devem incentivar mais a produção de alimentos para o PNAE, atualmente a demanda é maior que a oferta e, muitas vezes, os agricultores não produzem o suficiente, tendo que comprar alguns produtos do mercado, de feiras, ou da CEASA (CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A) para conseguir cumprir com as quantidades a serem entregues. Outro ponto é trabalhar com os agricultores a questão da qualidade dos produtos que vão ser entregues, para que a partir daí aumente o comprometimento dos mesmos em entregar produtos de boa qualidade para serem oferecidos aos estudantes. Conforme a merendeira:

O que acontece é que muitas vezes os produtos são comprados no mercado para ser mandado para as escolas, pois, os agricultores não produzem o suficiente, porque eu sei se veio do mercado ou dos agricultores, porque eles pensam que aqui a gente não sabe, mas, a gente sabe das coisas, porque se vem da agricultura familiar tem que ser o melhor, não adianta apanhar um monte de laranja para mandar pra cá, primeiro tem que experimentar a laranja pra saber se é boa ou não, então muita coisa tem que mudar, também os agricultores tem que se comprometer mais com a qualidade dos alimentos que mandam (Entrevista do Trabalho de Campo).

No questionário aplicado aos estudantes percebeu-se que a aquisição dos produtos para a merenda diretamente dos agricultores não representa, socialmente, uma questão relevante para eles, pois, a maioria respondeu que não sabiam a origem dos alimentos, ou responderam que vem da prefeitura, já que veem um veículo da prefeitura trazê-los. A partir disso, percebe-se que eles não estão informados sobre o processo, e cabe à escola e aos professores explicarem ou realizar atividades para tornar claro, não apenas a origem dos alimentos, sobretudo, como funciona o PNAE. Os estudantes afirmaram não ter conhecimento do programa, assim, percebe-se que o PNAE não está inserido na escola de forma integral e, além disso, não cumpre com um de seus objetivos que é trabalhar a questão da educação alimentar dentro do ambiente escolar, que deve ser trabalhada pelas entidades públicas beneficiadas pelo programa.

Conforme os dados obtidos através do questionário, cerca de 75% dos estudantes costumam comer a merenda regularmente, e na maioria das vezes, gostam do cardápio oferecido. Frutas naturais, como a laranja, pêssigo, melancia e bergamota, estão entre as preferências, podendo inferir assim que, mesmo não

tendo conhecimento sobre o programa e da origem dos alimentos, a maioria dos estudantes aceita e gosta dos alimentos oferecidos.

Também é interessante ressaltar que os estudantes que não comem a merenda costumam comprar no bar da escola, que oferece salgadinhos, bolachas recheadas, entre outras guloseimas, mais uma vez corroborando que o PNAE não está totalmente inserido na escola, ou está inserido de forma incompleta. Ainda faltam muitas discussões, pois o objetivo é disponibilizar uma alimentação saudável, com produtos in natura, e o fato da escola oferecer também produtos industrializados interfere negativamente na concretização do programa e na mudança do hábito alimentar dos estudantes.

Outra questão muito importante para ser tratada é o fato de que comprar a merenda no bar da escola pode representar um status social para os estudantes que têm condições de adquirir, e causar uma segregação social entre os que consomem a merenda do bar e os que consomem a merenda da escola, fato que seria muito negativo na construção de um cotidiano escolar no qual a coletividade e a união estejam acima do individualismo e da segregação.

Em relação à representação social que a comunidade escolar atribui à segurança e a soberania alimentar, percebeu-se através da pesquisa que tanto a direção, a merendeira e os estudantes não possuem uma clareza em relação a esses conceitos. Não é pela questão de não atribuir importância, mas sim, a falta de informação e, talvez, de formação para melhor conhecer os dois conceitos em discussão, que representam grande relevância quando se trata do PNAE, lembrando que tanto o conceito de segurança alimentar, quanto o conceito de soberania alimentar estão em constante construção na sociedade.

Em relação ao cotidiano da alimentação, a merenda chega até a escola com o apoio logístico da Prefeitura Municipal de Tupanciretã, que realiza a compra através de uma chamada pública com os recursos provenientes do FNDE destinados ao programa PNAE. Ao chegar à escola os perecíveis são armazenados no freezer e os demais produtos ficam em um lugar reservado para esta finalidade, que não possui refrigeração, mas do ponto de vista sanitário é adequado.

O preparo dos alimentos é realizado na cozinha da escola, espaço amplo e bem arejado pela única merendeira, que durante a entrevista comentou da dificuldade em cumprir alguns cardápios devido ao fato de ter que realizar as atividades sozinha, gerando um acúmulo excessivo de trabalho. Os alimentos são

servidos para os estudantes na própria cozinha, já que a escola não disponibiliza de um refeitório, espaço importante não apenas para a alimentação, mas também, um espaço de socialização, diálogo, integração entre as diferentes faixas etárias que a escola recebe. A presença deste espaço seria muito importante, por valorizar o momento da merenda, dando um significado de importância, e o diferenciando de outros momentos do cotidiano escolar como, por exemplo, o momento da aula realizado na sala de aula, espaço que atualmente também está sendo utilizado para realizar as refeições.

Após a refeição, os estudantes levam os pratos e talheres até a cozinha e direcionam-se para o pátio da escola onde permanecem durante todo o recreio, realizam brincadeiras, jogam futebol, dialogam, ou seja, constroem um espaço de relações sociais fundamental no desenvolvimento cognitivo dos mesmos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação aos objetivos propostos no trabalho, pode-se concluir que a representação social de parte da comunidade escolar, mais precisamente a diretora e a merendeira da Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim Correa de Barros Neto, em relação ao PNAE demonstra que o programa representa uma alternativa na geração de renda para os agricultores, disponibilizando para as escolas uma alimentação mais saudável e natural. Contudo, ainda existem alguns problemas a serem resolvidos como a qualidade de algumas entregas que foram abaixo do esperado, o que pode estar sendo causado pelo baixo comprometimento de alguns agricultores. Os agricultores não entregam os alimentos diretamente para as escolas, sendo a Coptec a responsável pela intermediação auxiliada logisticamente pela prefeitura. Dessa forma, os agricultores não estabelecem uma relação próxima com o público consumidor, impedindo a construção de laços de confiança que são fundamentais no comprometimento de quem produz em entregar um produto de qualidade para quem consome.

Para os estudantes, o programa parece ser insignificante, já que a maioria deles não o conhece, além de não saberem a origem dos alimentos que consomem na merenda escolar, que provém dos agricultores assentados no próprio município.

A partir das análises, visando responder o primeiro objetivo específico em descrever como se insere o PNAE no cotidiano escolar, pode-se concluir que o



mesmo se insere de maneira incompleta, a direção e a merendeira conhecem apenas a parte operacional do programa, tendo pouco conhecimento dos aspectos teóricos como, por exemplo, os objetivos, os quais são de grande importância na consolidação do processo. A educação alimentar é uma ferramenta muito importante na construção de hábitos alimentares mais saudáveis, ferramenta que até o presente momento não vem sendo utilizada de forma adequada pela escola, lembrando que a mesma está entre as diretrizes do programa.

Sobre analisar a representação social da comunidade escolar, no que se refere à soberania e segurança alimentar, considera-se que por falta de formação teórica e informação, os dois temas são tratados de forma muito empírica, sem saber ou ter conhecimento sobre o significado dos conceitos, que ao tratar da produção, disponibilidade e consumo de alimentos são indispensáveis.

Ao descrever o cotidiano da alimentação escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim Correa Neto, pode-se inferir que a falta de um espaço destinado especificamente à alimentação acaba subvalorizando o momento da merenda, que acaba sendo tratada como qualquer outro momento do cotidiano escolar. Isso acaba prejudicando a aceitação por parte dos estudantes aos produtos disponibilizados pelo PNAE, o que também prejudica na mudança dos hábitos alimentares, fato que é reafirmado pela disponibilização de produtos industrializados no bar da escola.

É importante ressaltar que a Escola Municipal Serafim Correa de Barros Neto está localizada dentro de um assentamento de Reforma Agrária, onde muitos fatores locais poderiam ser melhor aproveitados pelos educadores no processo de Ensino-aprendizagem. A história dos agricultores e do assentamento, a fauna e a flora da região, as experiências agroecológicas que existem no município, a horta da escolar que pode ser utilizada como uma espécie de laboratório para várias disciplinas, são exemplos de potencialidades que poderiam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e, também, valorizar o local de vivência dos estudantes.

A maioria dos professores é da cidade o que a partir da observação realizada nos trabalhos de campo também dificulta. Muitas vezes não estão familiarizados ou não querem se familiarizar com o ambiente rural, não extraíndo dele elementos que podem auxiliar no desenvolvimento do processo pedagógico e despertar o interesse dos estudantes.

Percebeu-se, a partir da pesquisa, que o envolvimento de todos os atores do programa no processo é indispensável para que o mesmo alcance os seus objetivos. No caso estudado, a prefeitura precisa escutar e atender os anseios da comunidade escolar, e a escola, por sua vez, deve trabalhar a questão alimentar com os estudantes, trabalho que terá como resultado a melhora dos hábitos alimentares.

Vale lembrar que apesar dos problemas existentes no PNAE, não pode ser desconsiderada sua grande importância a nível nacional e o seu reconhecimento no mundo todo, como uma política pública que atende milhões de estudantes em todo território nacional, garantindo-lhes uma alimentação de qualidade o que tem um papel muito importante no processo de ensino-aprendizagem e de permanência do aluno na escola. Apesar do PNAE ser um programa antigo, a Lei 11.947/2009 que torna obrigatório a utilização de no mínimo 30% do total de recursos destinados à merenda escolar para a aquisição de produtos da agricultura familiar é muito recente, e espera-se que com o passar do tempo os problemas serão superados, melhorando a qualidade dos alimentos oferecidos para os estudantes brasileiros, e também as questões que integram as diretrizes do programa como a educação alimentar, a segurança alimentar e nutricional aos poucos serão discutidas nas escolas auxiliando na consolidação da práxis do programa.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. L'étude expérimentale des représentations Sociales. In: JODELET, D. **Les représentations Sociales**. Paris: PUF, 1989.

ALENTAJANO, P. **Dicionário da Educação do Campo**. SP/RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, editora Expressão Popular; 2012.

**BRASIL**. Comitê Nacional para a Cúpula Mundial de Alimentação. Brasília (DF): Ministério das Relações Exteriores; 1996. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dts/relatoriobras-CMA96.doc>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

COSTA, J; CIDADE, R. Organização das famílias assentadas em Tupanciretã para efetivar a política pública do PNAE como estratégia para a transição. **Anais...** Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre/RS, 2013.  
EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

FARIA, W. **Mapas Conceituais**: aplicações ao ensino, currículo e avaliação. São Paulo: EPU - Temas Básicos de Educação e Ensino, 1985.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, nº 2, Mar./Abr. 1995. p. 57-63.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. **Psicología social**. Paris: Press Universitaires de France, 1984.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

LUKÁCS, G. **Histoire et conscience de classe**. Paris: Ed. Minuit, 1960.

MACHADO, L. C. P. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a Agroecologia, os Cerrados e sua proteção. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. 2ª ed. São Paulo Expressão Popular 2013.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: conceitos e aplicações na área de saúde. **R. Enferm. UERJ**, nº 15, v. 2. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SÊGA, R. A. O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**. nº 13, Porto Alegre, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2015.

STAKE, R. Estudo de caso em pesquisa educacional. **Educação e Seleção**. nº7. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 5-14, jan./jun. 1983. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 22 mai. 2015.

STENHOUSE, L. **Investigación y desarrollo del curriculum**. 3ª ed. Madri: Morata, 1993.